



BANCO STELLANTIS S.A.

CNPJ nº 62.237.425/0001-76



Avenida Contorno, 3455, galpão 9, sala 10, Bairro Paulo Camilo - Betim, MG
www.bancostellantis.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PANORAMA ECONÔMICO

A atividade econômica no segundo semestre de 2024 apresentou um ritmo de crescimento acima do esperado, mesmo diante de um cenário de instabilidade no mercado financeiro. Os setores industrial e de serviços, juntamente com o aumento dos gastos do governo e da redução da taxa de desemprego, foram os principais responsáveis por alavancar a atividade econômica durante o período. Tal dinâmica contribuiu para a elevação da projeção do PIB para 2024, que passou de 1,5% para 3,5%. Além da atividade econômica aquecida, os eventos climáticos que ocorreram ao longo do ano contribuíram negativamente para o resultado da inflação, que ficou acima do teto da meta definida pelo Banco Central, registrando um acumulado de 4,87% no final do ano. Após a eleição de Trump nos Estados Unidos, associada a expectativa de medidas protetivas, e o anúncio de um pacote de corte de gastos públicos no Brasil abaixo do esperado pelo mercado, o dólar atingiu seu maior patamar histórico, chegando a ser cotado a R\$ 6,26 e fechando o ano em R\$ 6,19. Em uma tentativa de controlar as expectativas de inflação, o Banco Central iniciou, em setembro, um novo ciclo de aumento de juros, com a taxa Selic subindo 175 p.p. e encerrando o ano em 12,25% a.a.

O cenário internacional foi marcado por instabilidade geopolítica, principalmente pelo conflito entre Israel e Palestina, Ucrânia e Rússia. Na China, os dados de atividade econômica sustentaram as preocupações sobre a capacidade de crescimento do país. Em resposta, o Banco Central chinês iniciou um ciclo de estímulos à economia, com cortes nas taxas de juros de curto e médio prazos e investimentos no setor imobiliário. Nos Estados Unidos, além da eleição presidencial, observou-se um reaquecimento da economia, com aumento na criação de novos empregos e grandes investimentos em empresas de tecnologia.

Para 2025, espera-se que o Banco Central continue elevando a taxa de juros com foco na redução da pressão inflacionária recente.

DESEMPENHO ECONÔMICO

De acordo com o levantamento da ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), em 2024 o Brasil retomou a posição de 8º maior

produtor de veículos, com uma produção total de 2,381 milhões de automóveis e comerciais leves, um aumento de 8% em comparação com 2023. Considerando a produção total de Autoveículos o crescimento foi de 10% em relação ao ano anterior. Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves cresceram 14,1%, atingindo 2,488 milhões de unidades comercializadas, um volume bem superior às expectativas que existiam no início de 2024. Segundo a ANFAVEA, nenhum grande mercado do mundo cresceu tanto quanto o brasileiro em 2024. Esse foi o maior aumento no ritmo de vendas internas desde 2007. O crescimento nas vendas, além da demanda reprimida desde a pandemia, deve-se ao aumento da concessão de crédito, que em 2024 superou em 36% o ano anterior.

O desempenho econômico do Banco Stellantis em 2024 está atrelado à excelente performance do mercado automotivo brasileiro e do Grupo Stellantis, e ao risco de crédito da cadeia de valor da Stellantis no perímetro de portfólio das marcas do grupo no Brasil: Fiat, Jeep, RAM, Peugeot e Citroën.

O Grupo Stellantis, detentor das marcas Fiat, Jeep, RAM, Peugeot, Citroën, dentre outras, seguiu com a liderança no mercado brasileiro em 2024, com 734 mil unidades vendidas e 29,4% de participação no mercado.

O Banco Stellantis manteve a estrita gestão dos riscos e o monitoramento dos créditos concedidos, preservando a qualidade excepcional da carteira, que atingiu em dezembro de 2024 R\$ 7,0 bilhões, comparado a R\$ 7,8 bilhões em dezembro de 2023, uma queda de 9,5% devido à migração de parte da carteira Fiat para o FIDC Vita Auto (que é 100% consolidado pelo Conglomerado Prudencial Stellantis), constituído em junho de 2023. O nível de inadimplência acima de 90 dias fechou o ano em 0,01%.

O volume de financiamento a clientes frostistas apresentou um crescimento significativo, alavancado pelo novo produto “CDC Corporate” lançado pelo Banco Stellantis no segundo semestre de 2023, atingindo em dezembro de 2024 uma carteira no valor de R\$ 509 milhões.

O resultado operacional de 2024 foi de R\$ 468,1 milhões, com aumento de 16% em relação ao ano anterior, impulsionado pelo aumento das vendas do Grupo Stellantis, com o lançamento de novos produtos que atendem aos anseios e necessidades

dos consumidores, destacando-se a caminhonete Rampage fabricada no Brasil, e também pela qualidade da carteira de crédito com baixo nível de inadimplência.

OUIDORIA

A Ouvidoria do Banco Stellantis tem como função atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais habituais de atendimento disponibilizados ao consumidor. A Ouvidoria atua também na mediação de conflitos, e propõe ao Conselho de Administração e à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTROLES INTERNOS

O Banco Stellantis mantém uma estrutura de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos aderente às exigências das Resoluções 4.968/21 e 4.595/17 do Banco Central do Brasil. Na estrutura de Controles Internos destaca-se o Comitê de Controles Internos, onde participam, entre outros, a Diretoria, Auditoria Interna e a área de Compliance e Controles Internos. A estrutura de Governança abrange as áreas de Compliance, Controles Internos e Auditoria Interna do Banco Stellantis, Auditoria Interna do Grupo Stellantis, Risco Operacional e tratativas de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo.

O Banco Stellantis está incluído no processo de certificação SOX - Lei Sarbanes Oxley do Grupo Stellantis, que exige controles internos eficazes dentro de uma avaliação global de processos e riscos.

AGRADECIMENTOS

O Banco Stellantis agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros pelo empenho e confiança demonstrados no transcorrer do exercício.

Administração

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS - R\$)

ATIVO				PASSIVO			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023		Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		8.597.198	8.736.598	Circulante		6.397.862	7.039.602
Disponibilidades	4	54.471	39.830	Passivos financeiros		6.174.427	6.758.022
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5.a	951.302	955.081	Depósitos	13.a e 13.b	5.380.193	3.843.693
Ativos financeiros		7.497.217	7.638.474	Depósitos		5.380.193	3.843.693
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.022.765	-	Recursos de aceite e			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.a	1.022.765	-	emissão de títulos	13.a e 13.b	794.213	2.913.768
Instrumentos financeiros e derivativos	6.c	14.485	-	Obrigações por emissão			
Instrumentos financeiros e derivativos		14.485	-	de letras de crédito imobiliário		97.029	2.289.339
Operações de crédito	7.a	6.459.967	7.638.474	Obrigações por emissão			
Operações de crédito		6.454.792	7.630.296	de letras financeiras		697.184	624.429
Outros créditos - cartão de crédito		5.175	8.178	Instrumentos financeiros derivativos	6.c	21	561
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito	7.e	(44.626)	(67.558)	Instrumentos financeiros derivativos		21	561
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito		(44.626)	(67.558)	Outras obrigações	15	223.435	281.580
Outros ativos		138.834	170.771	Outras		223.435	281.580
Outros valores e bens	8	905	4.018	Não circulante		3.547.778	929.970
Outros créditos/	9	137.929	166.753	Passivos financeiros		3.479.525	872.303
Não circulante		2.936.030	558.831	Depósitos	13.a e 13.b	924.512	55.996
Ativos financeiros		2.858.071	461.736	Depósitos		924.512	55.996
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.816.715	-	Recursos de aceite			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.a	1.816.715	-	e emissão de títulos	13.a e 13.b	2.555.013	815.199
Títulos e valores mobiliários	6.a	398.296	339.310	Obrigações por emissão			
Título de renda fixa		350.914	316.180	de letras de crédito imobiliário		22.951	23.532
Cotas fundo investimento		1.219	1.194	Obrigações por emissão			
Cotas fundo investimento FIDC		46.163	21.936	de letras financeiras		2.532.062	791.667
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	82.615	-	Instrumentos financeiros derivativos	6.c	-	1.108
Instrumentos financeiros derivativos		82.615	-	Instrumentos financeiros derivativos		-	1.108
Operações de crédito	7.a	560.445	122.426	Provisões	14	18.832	35.564
Operações de crédito		560.445	122.426	Outras obrigações	15	49.421	22.103
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito	7.e	(6.150)	(6.506)	Outras		49.421	22.103
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito		(6.150)	(6.506)	Patrimônio líquido		1.587.588	1.325.857
Outros ativos		23.714	21.354	Capital social	18	829.021	699.021
Outros valores e bens	8	3.615	1.789	Reserva de lucros	6.e	706.489	627.933
Outros créditos	9	20.099	19.565	Outros resultados abrangentes		52.078	(1.097)
Ativos fiscais correntes e diferidos	10.a	35.950	58.746				
Imobilizado de uso	11.a	2.650	2.247				
Intangível	12.a	50.151	43.359				
Depreciação e amortização		(28.356)	(22.105)				
Imobilizado	11.b	(1.994)	(1.927)				
Intangível	12.a	(26.362)	(20.178)				
Total do ativo		11.533.228	9.295.429	Total do passivo e patrimônio líquido		11.533.228	9.295.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2024

(EM MILHARES DE REAIS - R\$)

	Notas	Capital Social	Aumento de capital	Reserva de lucros		Outros Resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
				Especial	Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		589.021	-	490.869	71.434	(512)	-	1.150.812
Ajuste ao valor de mercado	6.e	-	-	-	-	(585)	-	(585)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	256.793	256.793
Destinação do lucro								
Reserva legal		-	-	-	12.840	-	(12.840)	-
Reserva especial de lucros		-	-	162.790	-	-	(162.790)	-
Juros sobre capital próprio	18	-	-	-	-	-	(81.163)	(81.163)
Aumento de capital social								
Ações ordinárias – país		27.500	-	(27.500)	-	-	-	-
Ações ordinárias – exterior		82.500	-	(82.500)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	18	699.021	-	543.659	84.274	(1.097)	-	1.325.857
Ajuste ao valor de mercado	6.e	-	-	-	-	53.175	-	53.175
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	299.910	299.910
Destinação do lucro								
Reserva legal		-	-	-	14.996	-	(14.996)	-
Reserva especial de lucros		-	-	193.560	-	-	(193.560)	-
Juros sobre capital próprio	18	-	-	-	-	-	(91.354)	(91.354)
Aumento de capital social								
Ações ordinárias – país		10.000	22.500	(32.500)	-	-	-	-
Ações ordinárias – exterior		30.000	67.500	(97.500)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	18	739.021	90.000	607.219	99.270	52.078	96.176	1.587.588
Ajuste ao valor de mercado	6.e	-	-	503.659	91.604	12.566	39.512	1.443.026
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	153.313	153.313
Destinação do lucro								
Reserva legal		-	-	-	7.666	-	(7.666)	-
Reserva especial de lucros		-	-	193.560	-	-	(193.560)	-
Juros sobre capital próprio	18	-	-	-	-	-	(48.263)	(48.263)
Aumento de capital social	18	-	-	-	-	-	-	-
Ações ordinárias – país		-	22.500	(22.500)	-	-	-	-
Ações ordinárias – exterior		-	67.500	(67.500)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	18	739.021	90.000	607.219	99.270	52.078	-	1.587.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2024

(EM MILHARES DE REAIS - R\$, EXCETO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO)

	Notas	Exercícios findos em		
		Semestre findo em	31/12/2024	31/12/2023
Receitas da intermediação financeira		684.154	1.350.425	1.275.861
Operações de crédito	7.g	516.007	1.061.927	1.145.987
Recuperação créditos amortizados		103	3.837	753
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	5.b e 6.f	168.044	284.661	129.121
Despesas da intermediação financeira		(426.698)	(810.381)	(798.134)
Operações de captação no mercado	13.c	(432.898)	(820.083)	(764.398)
Despesas de contribuição FGC		(3.345)	(6.308)	(6.482)
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	7.e	9.545	16.010	(27.254)
Resultado bruto da intermediação financeira		257.456	540.044	477.727
Outras receitas (despesas) operacionais		(16.277)	(60.960)	(61.255)
Receitas de prestação de serviços	20.e	32.732	55.702	58.977
Despesas de pessoal		(18.121)	(35.547)	(34.763)
Outras despesas administrativas	20.a	(28.492)	(74.346)	(60.105)
Despesas tributárias		(14.872)	(30.385)	(28.949)
Outras receitas operacionais	20.b	14.444	28.254	10.069
Outras despesas operacionais	20.c	(1.968)	(4.638)	(6.484)
Despesas de provisões	20.d	(6.348)	(10.948)	(14.226)
Trabalhista		(6.134)	(7.019)	(4.167)
Cível		(82)	(326)	(68)
Fiscal		(85)	(2.850)	(8.951)
Outras		(47)	(753)	(1.040)
Resultado operacional		234.831	468.136	402.246
Resultado não operacional		(1)	(3)	(34)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		234.830	468.133	402.212
Imposto de renda e contribuição social		(79.873)	(164.884)	(142.183)
Provisão para Imposto de Renda	16	(33.496)	(79.354)	(84.989)
Provisão para Contribuição Social (Passivo) / Ativo fiscal diferido	16	(26.930)	(63.630)	(68.134)
Participações sobre o lucro		(19.447)	(21.900)	10.940
Participações sobre o lucro		(1.644)	(3.339)	(3.236)
Lucro líquido do semestre/exercício		153.313	299.910	256.793
Lucro líquido do semestre/exercício				
Lucro básico e diluído por ação - R\$	18.d	0,16	0,31	0,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2024

(EM MILHARES DE REAIS - R\$)

	Notas	Semestre findo em		
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do semestre/exercício		153.313	299.910	256.793
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	6.e	39.512	53.175	(585)
Ajuste valor de mercado de ativos disponíveis para venda		(63)	201	386
Ajuste valor de mercado de derivativos próprios		71.903	96.481	(1450)
Efeitos fiscais TVM e Derivativos		(32.328)	(43.507)	479
Resultado abrangente do semestre/exercício		192.825	353.085	256.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONTINUA...

...CONTINUAÇÃO



BANCO STELLANTIS S.A.

CNPJ nº 62.237.425/0001-76

Avenida Contorno, 3455, galpão 9, sala 10, Bairro Paulo Camilo - Betim, MG
www.bancostellantis.com.br



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2024 (EM MILHARES DE REAIS - R\$)

		Notas	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do semestre/exercício			153.313	299.910	256.793
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			81.397	140.124	170.216
Provisão (Reversão) da provisão para crédito de liquidação duvidosa	7 e	(9.545)	(16.010)	(7.278)	27.254
Baixas da provisão para perda esperada associada a risco de crédito		(6.444)	(7.278)		-
Depreciações e amortizações	11 e 12	3.192	6.259		2.743
(Ganho) / Perda na alienação de intangíveis		-	-		16
Imposto de renda e contribuição social diferidos		19.447	21.900		(10.939)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes		60.426	142.984		153.123
Constituição (reversão) líquida da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	25.114	16.732		3.832
Atualização monetária de depósitos judiciais		(103)	(210)		(254)
Variação das cotas de fundos de investimento		(10.690)	(24.253)		(5.558)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		(2.235.765)	(2.146.966)		(1.918.967)
Aplicações em depósitos Interfinanceiros		(2.039.773)	(2.839.480)		
TVM e instrumentos financeiros derivativos		(50.003)	(78.658)		(53.595)
Operações de crédito		(98.565)	740.488		(1.799.278)
Outros créditos		(28.642)	65.193		(32.695)
Outros valores e bens		1.059	1.287		(60)
Impostos pagos		(19.841)	(35.796)		(33.339)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		2.053.914	1.816.352		2.264.935
Depósitos		1.527.912	2.405.016		744.403
Obrigações por recursos de letras de crédito imobiliário		(509.349)	(2.192.891)		811.692
Obrigações por recursos de letras financeiras		1.163.382	1.813.150		762.424
Instrumentos financeiros derivativos		23	(1.648)		1.082
Outras obrigações		(128.054)	(207.275)		(54.666)
Caixa líquido (aplicado) consumido nas atividades operacionais		52.859	109.420		772.978
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado de uso		(382)	(411)		(290)
Alienação de ativos intangíveis		-	-		7.245
Aquisição de ativos intangíveis		(4.167)	(6.793)		(13.832)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(4.549)	(7.204)		(6.877)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Juros sobre capital próprio pagos		(48.264)	(91.354)		(81.163)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(48.264)	(91.354)		(81.163)
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		46	10.862		684.938
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do semestre/exercício		1.005.727	994.911		309.973
No fim do semestre/exercício		1.005.773	1.005.773		994.911
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		46	10.862		684.938
Transação sem efeito de caixa					
Aumento de capital	18	90.000	130.000		110.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E O 2º SEMESTRE DE 2024 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE FORMA DIFERENTE)

1. Contexto operacional

O Banco Stellantis S.A. ("Banco") com sede na cidade de Betim - MG, é uma sociedade anônima de capital fechado. É uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. Em agosto de 2023, foi criada no Brasil uma nova estrutura de serviços financeiros para o Grupo Stellantis: Stellantis Serviços Financeiros, apoiada por dois braços operacionais: a "Stellantis Financiamentos" e o "Banco Stellantis", que juntamente com o FIDC Vita Auto compõem o Conglomerado Prudencial Stellantis. A Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. é desde 1º de novembro de 2023 a entidade da Stellantis Serviços Financeiros responsável pelas operações de varejo das marcas do Grupo Stellantis no Brasil: Jeep, RAM, Fiat, Peugeot e Citroën. Já o Banco Stellantis S.A., passou a ser o provedor das atividades de financiamento aos concessionários de todas as marcas da Stellantis no Brasil e responsável pelas operações de financiamento dos clientes frotistas ("Corporate"). O Banco Stellantis continua a oferecer soluções para fornecedores e cartões de crédito, entre outras operações estruturadas para todas as marcas da Stellantis.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (COSIF), bem como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), após referendados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os pronunciamentos já homologados pelo BACEN e a Resolução BCB nº 02 de 12 de agosto de 2020.

Os seguintes pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e já homologados pelo CMN/Bacen, estão considerados, quando aplicáveis, na elaboração destas demonstrações financeiras:

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - Resolução CMN nº 4.924/2021
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 4.924/2021
- CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis - Resolução CMN nº 4.524/2016
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Resolução CMN nº 4.818/2020
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 4.818/2020
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.924/2021
- CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 4.818/2020
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2012
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/2016
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.877/2020
- CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.818/2020
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - Resolução CMN nº 4.748/2020
- CPC 47 - Receita de contrato com clientes - Resolução CMN nº 4.924/2021

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966 (alterada pela Resolução CMN nº 5.019 em 23 de junho de 2022), que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. Diante disto, o Banco Stellantis iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perda esperada associada a risco de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para riscos; perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações financeiras do Banco foram autorizadas pela Diretoria para divulgação em 28 de fevereiro de 2025.

3. Políticas contábeis materiais

(a) Resultado das operações - receitas e despesas são registradas em observância ao regime de competência.

(b) Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pelo Banco no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - são demonstrados pelos valores originais, incluindo, quando aplicável, os

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E O 2º SEMESTRE DE 2024 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE FORMA DIFERENTE)

rendimentos e as variações monetárias auferidos, em base "pro rata die", deduzidos das correspondentes rendas a apropriar e provisão para perdas.

(d) Títulos e valores mobiliários - para registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários, o Banco adota os critérios determinados pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. De acordo com esses critérios, os títulos e valores mobiliários mantidos pelo Banco estão sendo classificados e avaliados na categoria de títulos disponíveis para venda. Esses títulos são registrados ao valor de custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são contabilizados no resultado e são ajustados ao valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos tributários.

(e) Instrumentos financeiros derivativos - são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil. Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, são classificados como hedge de acordo com a sua natureza, a saber:

- Hedge de valor de mercado - os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.
- Hedge de fluxo de caixa - a parcela efetiva do hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários. O ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos itens objetos de hedge é reconhecido em conta específica do patrimônio líquido, quando efetivos. A parcela não efetiva do hedge, quando aplicável, é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(f) Operações de crédito e provisão para perdas em operação de crédito - as operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

(g) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - estão calculados considerando a legislação fiscal em vigor. As instituições financeiras devem apurar o IRPJ e a CSLL com base no lucro real, tendo o Banco adotado o período de apuração anual. A provisão para o IRPJ foi determinada à alíquota de 15% sobre os lucros tributáveis, acrescida do adicional de 10% previsto em lei. A provisão para a CSLL foi calculada à alíquota de 20% do lucro tributável antes do IRPJ. O Banco também reconhece valores diferidos de IRPJ e CSLL, ativos e passivos, calculados sobre as diferenças intertemporais pelas alíquotas vigentes à época dos balanços em que se espera a realização de cada uma.

(h) Imobilizado e intangível de uso - é demonstrado ao custo de aquisição, depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens: 10% para móveis e utensílios e 20% para veículos. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização anual de 20%, pelo método linear, durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

(i) Depósitos, letras financeiras, letras de crédito imobiliário, empréstimos e obrigações por repasses - são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

(k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e, na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

(l) Os processos relacionados a obrigações legais tributárias ou previdenciárias, cujos objetos são a contestação da legalidade ou constitucionalidade das exações, têm as suas provisões reconhecidas integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação da probabilidade de êxito.

(m) Demais passivos circulante e não circulante - são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos com base "pro rata die".

(n) Lucro por ação - calculado com base no número de ações em circulação na data dos balanços.

3.1. Resolução CMN nº 4.966 / 2021 e correlatas

A Resolução CMN nº 4.966/2021, juntamente com as atualizações introduzidas pela Resolução CMN nº 5.100/2023 e BCB nº 352/2023 bem como os demais normativos relacionados, define os princípios e diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (hedge accounting). Essa regulamentação alinha os critérios contábeis do COSIF às exigências da norma internacional IFRS 9, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. As mudanças mais relevantes abrangem: a classificação dos instrumentos financeiros; o reconhecimento de juros em situação de inadimplência; a contabilização da taxa efetiva de juros contratual; a baixa a prejuízo; e a constituição de provisão baseada na perda esperada, considerando a classificação das operações com risco de crédito. A implementação dessa norma será realizada de forma prospectiva, e os ajustes decorrentes da reavaliação dos ativos e passivos financeiros serão registrados na conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, já deduzidos os impactos fiscais correspondentes.

Os pilares da adoção inicial desta Resolução e correlatas são:

a) **Classificação e mensuração de instrumentos financeiros** - dois critérios devem ser considerados para determinar sua classificação:

- Modelo de negócios: determinado em um nível que reflete como os instrumentos financeiros são gerenciados para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo da intenção da administração em relação a um instrumento individual.
- Características do fluxo de caixa contratual: são testados individualmente para validar se atendem ao critério de retorno de principal e juros. Após esta análise, os instrumentos financeiros são classificados e mensurados como: Custo Amortizado (CA), Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os instrumentos financeiros mensurados ao CA e ao VJORA utilizam o método de juros efetivos para calcular a receita ou despesa de juros, considerando aspectos de materialidade dos custos de transação na origem.

O Banco Stellantis irá realizar a reclassificação dos - Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados na categoria de Disponíveis para a Venda para Custo Amortizado a partir de 01.01.2025. Os impactos da primeira adoção dessa reclassificação são imateriais e estão destacados no quadro abaixo do Item 2.

O Banco Stellantis não reconhecerá os juros das operações que, na transição, apresentem atraso acima de 90 dias ou quando apresentar indícios de ativo problemático. Em 31 de dezembro de 2024 o Banco Stellantis não possuía clientes em atraso entre 60 e 90 dias.

b) **Efeitos esperados da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021)** - O Banco Stellantis projeta uma redução na provisão de R\$ 25.067, correspondente a uma diminuição estimada de 49,37% sobre o saldo da provisão vigente em 31 de dezembro de 2024. Essa redução abrange a provisão mínima requerida, a provisão adicional.

Para a mensuração desse impacto, foram adotados os seguintes critérios:

I - A probabilidade de o instrumento ser classificado como ativo com dificuldade de recuperação de crédito, levando em conta o prazo esperado do instrumento financeiro, a conjuntura econômica atual e projeções razoáveis e justificáveis de possíveis mudanças nas condições econômicas e de mercado que possam influenciar o risco de crédito do instrumento, incluindo a existência de garantias ou colaterais associados;

II - A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos envolvidos no processo de recuperação, bem como as características das garantias ou colaterais, como tipo, liquidez e valor presente estimado de realização, além do histórico de recuperação de instrumentos com perfil e risco de crédito semelhantes;

III - A provisão para perdas incorridas relacionadas ao risco de crédito dos ativos financeiros inadimplidos, conforme disposto no artigo 76 da Resolução BCB nº 352/2023, aplicando-se os percentuais estabelecidos no Anexo II da referida norma, de acordo com o tempo de atraso.

O impacto inicial da adoção do modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito será reconhecido no patrimônio líquido no montante de R\$ 13.877, já ajustado pelos efeitos tributários, conforme descrito no quadro abaixo.

Apresenta-se a seguir o patrimônio líquido com os principais impactos decorrentes da adoção das referidas normas, reconhecidos contra Lucros acumulados:

	Saldo em 31/12/2024	Impactos Estimados	Saldo Estimado após Impactos
Patrimônio Líquido	1.587.587	13.879	1.601.466
Capital Social	829.021	-	829.021
Reserva de Lucros	706.488	-	706.488
Outros Resultados Abrangentes	52.078	-	52.078
Provisão para perdas esperadas	-	13.877	13.877
Outros Resultados Abrangentes	-	2	2

c) **Aspectos fiscais** - A Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento.

A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de

CONTINUA...

...CONTINUAÇÃO



BANCO STELLANTIS S.A.

CNPJ nº 62.237.425/0001-76

Avenida Contorno, 3455, galpão 9, sala 10, Bairro Paulo Camilo - Betim, MG
www.bancostellantis.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E O 2º SEMESTRE DE 2024

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE FORMA DIFERENTE)

2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração. Na nota 10.b são demonstrados os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários fiscais diferidos. Demais mudanças na adoção inicial como a aplicação da taxa efetiva de juros e a remensuração de ativos financeiros que estavam em stop accrual em 31 de dezembro de 2024 não terão impactos, pois sua aplicação será prospectiva.

3.2 Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023

Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco Stellantis adotará de forma prospectiva a aplicação da referida norma, conforme § 5º da referida Resolução, para os contratos a serem celebrados a partir de janeiro de 2025.

4. Caixa e equivalência de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	54.471	39.830
Disponibilidade	3.079	6.121
Numerário em trânsito (1)	51.392	33.709
Aplicações interfinanceiras de liquidez (2)	951.302	955.081
Aplicações em operações compromissadas	799.304	582.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros	151.998	373.081
Total	1.005.773	994.911

(1) Refere-se ao recebimento no último dia útil do mês de dezembro, relativo a valores de operações de operações de crédito, cujos recursos ficarão disponíveis para o Banco em D+1.

(2) Refere-se às operações com vencimento de curto prazo, cujo prazo de vencimento é igual ou inferior a 90 dias e que apresenta risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Compromissadas - carteira própria:		
LFT - Letra Financeira do Tesouro	249.057	-
LTN - Letras do Tesouro Nacional	550.247	195.000
NTN - Notas do Tesouro Nacional	-	387.000
Depósitos interfinanceiros	2.991.478	373.081
Total carteira própria	3.790.782	955.081
Ativo circulante	1.974.067	955.081
Ativo não circulante	1.816.715	-

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de aplicações em operações compromissadas			
Posição bancada	25.934	69.029	72.978
Posição financiada	39	39	-
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	113.039	154.474	-
Total	139.012	223.542	72.978

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários - composição por classificação contábil e avaliação ao valor de mercado

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Custo corrigido	Ajuste ao valor de mercado
Títulos disponíveis para venda				
Livres:				
LFT - Letras Financeiras do Tesouro (1)	350.918	350.914	(4)	316.385
Cotas do Fundo Garantidor de Investimentos - FGI (2)	1.219	1.219	-	1.194
Cotas de Fundo em Direitos Creditórios (3)	46.163	46.163	-	21.936
Total	398.300	398.296	(4)	339.515

(1) O valor de mercado dos títulos foi apurado com base nas cotações de preços do mercado divulgado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais na data do balanço.

(2) O Banco trabalha com a garantia do FGI - Fundo Garantidor de Investimento, de natureza privada, administrado pelo BNDES, até o limite máximo de 80% da operação. O FGI é um fundo destinado a complementar parte das garantias de um financiamento. Os agentes financeiros que utilizam a garantia do FGI são cotistas do Fundo na proporção de 0,5% dos valores que pretendem garantir nas operações.

(3) O Banco possui cotas subordinadas do fundo em direitos creditórios, classificado como disponível para venda, com possibilidade de resgate antecipado.

O Banco, adquiriu cotas do fundo de investimento em direitos creditórios, denominado Vita Auto Fundo de Investimen-to em Direitos Creditórios, sob a condição de cotista subordinado. Trata-se de um fundo de investimento aberto admi-nistrado pela Bem Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e gerido pela BRAM - Bradesco Asset Manage-ment S.A. DTVM. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio aberto destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos em direitos creditórios oriundos da venda de veículos a prazo da marca FIAT da FCA Fiat Chrysler Automóveis do Brasil Ltda. em favor de suas respectivas concessionárias. O Banco efetuou seu primeiro investimento em 20 de junho de 2023 e o segundo em 15 de agosto de 2023.

b) Títulos e valores mobiliários - composição por prazo de vencimento

	Títulos disponíveis para venda				
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Circulante
31/12/2024	-	350.914	47.382	398.296	-
31/12/2023	-	316.180	23.130	339.310	-

c) Instrumentos financeiros derivativos (Swap)

	31/12/2024	31/12/2023
Contratos de SWAP		
Ativo DI x Passivo Pré Hedge - fluxo de caixa	2.710.547	2.387
Total	2.710.547	2.387
Ativo circulante	-	14.485
Ativo não circulante	-	82.615
Passivo circulante	-	(21)
Passivo não circulante	-	-

	31/12/2023	31/12/2023
Contratos de SWAP		
Ativo DI x Passivo Pré Hedge - fluxo de Caixa	493.500	120
Total	493.500	120
Ativo circulante	-	-
Ativo não circulante	-	-
Passivo circulante	-	(561)
Passivo não circulante	-	(1.108)

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da reserva do valor justo dos instrumentos fi-nanceiros derivativos no patrimônio líquido, classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objetos de hedge possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
31/12/2024	14.903	79.789	-	94.692
31/12/2023	(542)	(1.247)	-	(1.789)

Transações de hedge:

31/12/2024	142.965	671.054	-	814.019
31/12/2023	289.120	288.571	-	577.691

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de hedge. Seguindo as práticas de mercado, o Banco capta recursos a taxas pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas pré-fixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de "swap" de taxas de juros em que é pago o valor no-cional corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor nocional corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, risco de taxa de juros do item objeto de hedge.

Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" das captações da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações.

A efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e

retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável, é apropriada diretamente ao resultado. Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gap's" e "interest rate" e o VAR ("va-lue at risk"), quando o gap ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pe-las empresas do Grupo Stellantis, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamen-to sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando ao enquadramento na política de risco de mer-cado adotado pelo Banco.

Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balan-cetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado con-tra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como hedge de fluxo de caixa.

d) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

	31/12/2024					31/12/2024	31/12/2023
	Valor patrimonial a receber (recebido)/ a pagar (pago)	Ajuste ao valor de mercado (result./ patrimônio líquido)	Valor patri-monial	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias
Contratos de swap - Ajuste a receber	2.438	94.662	97.100	50	1.513	12.922	82.615
Instituições financeiras	2.438	94.662	97.100	50	1.513	12.922	82.615
Circulante	(265)	14.750	14.485	-	-	-	-
Não circulante	2.702	79.912	82.615	-	-	-	-
Contratos de swap - Ajuste a pagar	(51)	30	(21)	-	(21)	-	-
Instituições financeiras	(51)	30	(21)	-	(21)	-	-
Circulante	(51)	30	(21)	-	-	-	-
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.387	94.692	97.079	50	1.492	12.922	82.615

Resumo das operações de swap em aberto na data de 31 de dezembro de 2024:

	Valor referencial	Valor justo
Descrição		
Posição ativa - hedge de fluxo de caixa		
Taxa pré	2.710.547	2.387
Total	2.710.547	2.387
Diferencial - hedge de fluxo de caixa		94.692
Valor de mercado		97.079

e) Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários

A seguir são apresentadas as movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituída no patrimônio líquido:

	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos financeiros	Total	Total
(1.097)	(1.097)	(512)
96.683	96.683	(1.483)
95.586	95.586	(1.995)
(43.508)	(43.508)	898
52.078	52.078	(1.097)

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do semestre/exercício	(1.097)	(1.097)	(512)
Variações do valor justo no patrimônio líquido	53.630	53.175	(585)
Saldo no final do semestre/exercício	52.533	52.078	(1.097)

Instrumentos e objetos de hedge

Especificação

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor da curva Ativo	Passivo	Valor de mercado Ativo	Passivo
Instrumento de hedge				
Swap - DI-PRE	2.387	-	97.100	(21)
Item objeto de hedge				
CDB	-	(814.019)	-	(814.019)
Especificação				
	Valor da curva Ativo	Passivo	Valor de mercado Ativo	Passivo
Instrumento de hedge				
Swap - DI-PRE	-	(120)	-	(1.669)
Item objeto de hedge				
CDB	-	(577.691)	-	(577.691)

f) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas Depósitos Interfinanceiros	-	-	14.809
Rendas de títulos e valores mobiliários	29.032	61.119	41.335
Títulos de renda fixa	17.954	34.533	36.623
Fundo de investimento FGI	2	26	122
Fundo em Direitos Creditórios FIDC	10.688	24.227	5.436
Receita (Despesa) em operações com derivativos	388	2.333	(846)
Total	29.032	61.119	56.144

7. Operações de crédito, outros créditos e provisão para perda esperada associada a risco de crédito

a) Carteira de créditos

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e títulos descontados	451.045	367.200
Financiamentos	6.564.192	7.385.522
Outros créditos (*)	5.175	8.178
Total	7.020.412	7.760.900
Operações de crédito - Circulante	6.459.967	7.638.474
Operações de crédito - Não circulante	560.445	122.426

(*) Refere-se à operação com cartão de crédito, compras à vista e parcelado lojaista.

b) Composição da carteira de créditos por prazo de vencimento

	31/12/2024		31/12/2023	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vencidos				
Até 14 dias	3.999	50.958	0,71	0,97
De 15 a 60 dias	1.075	1.326	0,19	0,03
De 61 a 180 dias	322	201	0,06	-
De 181 a 365 dias	227	248	0,04	-
Total	5.623	52.733	1,00	1,00
A vencer				
Até 180 dias	6.111.133	7.090.690	87,12	91,99
De 181 a 365 dias	546.880	495.051	7,80	6,42
Acima de 365 dias	356.776	122.426	5,09	1,59
Total	7.014.789	7.708.167	100,00	100,00
Total geral	7.020.412	7.760.900	100,00	100,00
Circulante	6.459.967	7.638.474	92,02	98,42
Não circulante	560.445	122.426	7,98	1,58

c) Concentração das operações crédito

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
10 maiores clientes	1.448.849	1.601.477	20,64	20,64
50 seguintes maiores clientes	2.332.561	2.918.585	33,23	37,61
100 seguintes maiores clientes	1.735.357	2.060.536	24,72	26,55
Demais clientes	1.503.645	1.180.302	21,41	15,20
Total	7.020.412	7.760.900	100,00	100,00

CONTINUA...

...CONTINUAÇÃO



BANCO STELLANTIS S.A.

CNPJ nº 62.237.425/0001-76

Avenida Contorno, 3455, galpão 9, sala 10, Bairro Paulo Camilo - Betim, MG
www.bancostellantis.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E O 2º SEMESTRE DE 2024

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE FORMA DIFERENTE)

d) Classificação do risco

	31/12/2024									
	Nível AA	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F	Nível G	Nível H	Total
Setor Privado	-	5.684.642	302.244	50.830	50.831	12.276	-	-	1.006	6.101.829
Comércio	-	5.684.642	302.244	50.830	50.831	12.276	-	-	1.006	6.101.829
Indústria	-	75.014	53.351	78	-	-	-	-	-	128.443
Serviços	-	656.869	103.594	22.238	-	-	-	-	1.787	784.488
Pessoa física	-	23	128	40	12	8	-	-	266	477
Subtotal	-	6.416.548	459.317	73.186	50.843	12.284	-	-	3.059	7.015.237
Outros créditos (*)	-	4.585	287	161	68	22	23	29	-	5.175
Subtotal	-	6.421.133	459.604	73.347	50.911	12.306	23	29	3.059	7.020.412
Provisão	-	(32.106)	(4.596)	(2.200)	(5.091)	(3.692)	(12)	(20)	(3.059)	(50.776)
Total	-	6.389.027	455.008	71.147	45.820	8.614	11	9	-	6.969.636

(*) Refere-se à operação com cartão de crédito, compras à vista e parcelado lojaista.

	31/12/2023									
	Nível AA	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F	Nível G	Nível H	Total
Setor Privado	-	3.954.188	2.403.512	441.539	64.807	11.244	-	-	490	6.875.780
Comércio	-	3.954.188	2.403.512	441.539	64.807	11.244	-	-	490	6.875.780
Indústria	-	56.968	20.373	-	-	-	-	-	-	77.341
Serviços	-	622.939	166.793	4.496	5.250	-	-	-	-	799.478
Pessoa física	-	-	123	-	-	-	-	-	-	123
Subtotal	-	4.634.095	2.590.801	446.035	70.057	11.244	-	-	490	7.752.722
Outros créditos (*)	-	6.506	478	280	173	61	27	41	612	8.178
Subtotal	-	4.640.601	2.591.279	446.315	70.230	11.305	27	41	1.102	7.760.900
Provisão	-	(23.203)	(25.913)	(13.389)	(7.023)	(3.391)	(14)	(29)	(1.102)	(74.064)
Total	-	4.617.398	2.565.366	432.926	63.207	7.914	13	12	-	7.686.836

(*) Refere-se à operação com cartão de crédito, compras à vista e parcelado lojaista.

O Banco utiliza os percentuais mínimos de provisão por faixa de risco permitido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Assim, os percentuais por faixa de risco utilizado para o cálculo da provisão para perda esperada associada a risco de crédito em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são apresentados abaixo:

	Nível AA	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F	Nível G	Nível H
	0%	0,5%	1%	3%	10%	30%	50%	70%	100%
e) Movimentação da provisão de perda esperada associada a risco de crédito e créditos recuperados									
Saldo no início do exercício									
Constituição									
Reversão									
Baixa contra provisão									
Saldo no final do exercício									
Circulante									
Não circulante									
Recuperação de créditos baixados como prejuízo									

f) Renegociação

O montante dos créditos renegociados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 56.552 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não tivemos créditos renegociados decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados como prejuízo).

g) Rendas de operações de crédito

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e títulos descontados	37.177	70.080	61.691
Financiamentos	478.830	991.847	1.084.295
Total	516.007	1.061.927	1.145.986

8. Outros valores e bens

	31/12/2024	31/12/2023
BNDU Imóveis	1.800	-
Despesas antecipadas (1)	2.720	5.807
Total	4.520	5.807
Circulante	905	4.018
Não circulante	3.615	1.789

(1) Referem-se a despesas pagas antecipadamente que serão apropriadas de acordo com período de competência.

9. Outros créditos

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Devedores por depósitos em garantia (1)		20.099	19.565
Impostos e contribuições a compensar (2)		36.370	33.412
Valores a receber de sociedade ligada (3)	17	96.071	127.953
Rendas a receber		4.236	4.376
Outros		1.252	1.012
Total		158.028	186.318
Circulante		137.929	166.753
Não circulante		20.099	19.565

- (1) Devedores por depósitos em garantia - refere-se a questionamentos judiciais de ordem tributária, cível e trabalhista "sub judice". Os eventuais passivos contingentes correspondentes a estas causas estão provisionados e classificados na rubrica "Outras obrigações diversas - provisão para contingências".
- (2) Impostos e Contribuições a compensar - compreende, substancialmente, antecipações de imposto de renda e contribuição social efetuadas por estimativa, de acordo com a legislação vigente, em virtude da opção pela tributação com base no lucro real anual.
- (3) Valores a receber de sociedade ligada - principalmente, em virtude de equalização de diferença de taxas relacionada ao financiamento de veículos à rede de concessionários das montadoras, cuja equalização é determinada pelo prazo do giro dos estoques dos concessionários.

10. Ativos fiscais correntes e diferidos

a) Demonstrativo da natureza e origem do crédito tributário

	Notas	31/12/2023	Constituição	Realização	31/12/2024
IR e CS diferidos ativos refletidos no resultado					
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito	7.e	33.330	61.670	(72.150)	22.850
Provisão para riscos fiscais	14	6.469	1.302	(7.752)	19
Provisão para riscos cíveis	14	1.064	147	(296)	915
Provisão para riscos trabalhistas	14	5.478	3.155	(2.267)	6.366
Atualização de depósitos judiciais		(916)	-	(94)	(1.010)
Diferimento rebate/igualização		4.361	-	(3.243)	1.118
Provisão de honorários fiscais e cíveis	14	1.549	343	(717)	1.175
Provisão Incentivo Mastercard		4.000	-	-	4.000
Outros		2.513	3.405	(5.404)	514
Total		57.848	70.022	(91.923)	35.947

IR e CS diferidos ativos refletidos no patrimônio líquido

Ajuste a valor de mercado - derivativos	805	-	(805)	-
Ajuste a valor de mercado títulos disponíveis para venda	93	2	(92)	3
Total	898	2	(897)	3
Total dos créditos tributários ativos	58.746	70.024	(92.820)	35.950
Ajuste a valor de mercado - derivativos	-	(42.611)	-	(42.611)
Ajuste a valor de mercado títulos disponíveis para venda	-	-	-	-
Total	-	(42.611)	-	(42.611)
Total dos créditos	58.746	27.413	(92.820)	(6.661)

b) A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade, são:

Créditos tributários líquidos 31/12/2024		
Ano de realização	Diferenças temporárias	Valor presente
2025	24.550	21.871
2026	599	475
2027	870	615
2028	431	272
2029 ou mais	9.500	5.331
Total	35.950	28.564

Créditos tributários líquidos 31/12/2023		
Ano de realização	Diferenças temporárias	Valor presente
2024	35.920	32.143
2025	1.524	1.220
2026	4.052	2.903
2027	455	293
2028 ou mais	16.795	9.637
Total	58.746	46.196

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foi calculado com base na taxa SELIC vigente em 31 de dezembro de 2024 (12,25% a.a.) e 31 de dezembro 2023 (11,75% a.a.). A realização dos créditos tributários relacionados às provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas dependem exclusivamente de decisões nos processos administrativos e judiciais que irão ocorrer em períodos os quais não podem ser previstos com exatidão, e por esta razão, os referidos créditos foram alocados em nossas projeções no ano de 2029.

11. Imobilizado de uso

a) Composição do imobilizado

		Valor residual			
	Taxa anual	Custo	Depreciação	31/12/2024	31/12/2023
Mobiliário e outros equipamentos	10%	507	(369)	138	160
Equipamentos de processamento de dados, comunicação e segurança	20%	2.143	(1.625)	518	160
Total		2.650	(1.994)	656	320

b) Movimentação dos ativos imobilizados

	Taxa depreciação anual	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Mobiliário e outros equipamentos	10%	487	29	(8)	508
Equipamentos de processamento de dados, comunicação e segurança	20%	1.760	382	-	2.142
Subtotal		2.247	411	(8)	2.650
Depreciação acumulada		(1.927)	(75)	8	(1.994)
Total		320	336	-	656

12. Intangível

a) Movimentação intangível

	Taxa amortização anual	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Sistema de processamento de dados (*)	20%	39.196	21.600	(14.808)	45.988
Licença e direito de uso	20%	4.163	-	-	4.163
Subtotal		43.359	21.600	(14.808)	50.151
Amortização acumulada		(20.178)	(6.184)	-	(26.362)
Total		23.181	15.416	(14.808)	23.789

(*) Refere-se ao projeto de transformação digital do Sistema Mainframe (Floor Plan) e do Sistema de Cartão de Crédito.

13. Depósitos, letras financeiras e letras de crédito imobiliário

a) Composição da carteira

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Saldos credores em contas de empréstimo e financiamento:			
Não ligadas		36	36
Depósitos a prazo:			
Ligadas	17	2.272.054	1.329.724
Não ligadas		4.032.615	2.085.967
Subtotal		6.304.669	3.415.691
Depósitos interfinanceiros:			
Ligadas	17	-	90.039
Não ligadas		-	393.923
Subtotal		-	483.962
Letras financeiras:			
Não ligadas		3.229.246	1.416.096
Subtotal		3.229.246	1.416.096
Letras de crédito imobiliário:			
Não ligadas		119.980	2.312.871
Subtotal		119.980	2.312.871
Total		9.653.931	7.628.656

b) Segregação por faixa de vencimento

		31/12/2024		
	Sem vencimento (1)	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Saldos credores	-	-	-	-
Depósitos a prazo (3)	-	2.894.512	2.485.681	924.475
Depósitos interfinanceiros (2)	-	-	-	-
Depósitos interfinanceiros (3)	-	-	-	-
Letras financeiras (3)	-	-	697.184	2.532.062
Letras de crédito imobiliário (2)	-	2.416	10.115	1.744
Letras de crédito imobiliário (3)	-	73.811	10.687	21.208
Total	-	2.970.739	3.203.667	3.479.525
Circulante	-	2.970.739	3.203.667	-
Não circulante	-	-	-	3.479.525

		31/12/2023		
	Sem vencimento (1)	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Saldos credores	-	-	-	36
Depósitos a prazo (3)	44.214	2.165.673	1.149.844	55.960
Depósitos interfinanceiros (2)	-	203.749	-	-
Depósitos interfinanceiros (3)	-	90.039	190.174	-
Letras financeiras (3)	-	-	624.429	791.667
Letras de crédito imobiliário (2)	-	970.871	440.721	10.829
Letras de crédito imobiliário (3)	-	261.837	615.910	12.703
Total	44.214	3.692.169	3.021.078	871.195
Circulante	44.214	3.692.169	3.021.078	-
Não circulante	-	-	-	871.195

(1) Refere-se a captações efetuadas na modalidade de depósito de acionistas, permitida até o exercício de 2007. São resgatáveis mediante acordos com a ABRACAF ou em casos esporádicos.

(2) Títulos pré-fixados.

(3) Títulos pós-fixados indexados pela CDI.

c) Despesas de depósitos

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de depósitos a prazo	258.644	444.546	379.150
Despesas depósitos interfinanceiros	8.746	33.302	42.193
Despesas operações compromissadas	39	39	-
Despesas letras financeiras	145.397	247.165	109.017
Despesas letras de crédito imobiliário	20.072	95.031	234.038
Total	432.898	820.083	764.398

14. Provisões, passivos contingentes e obrigações legais

	31/12/2024				
Natureza	31/12/2023	Constituição	Utilização	Reversão	31/12/2024
Cíveis	2.365	326	(45)	(614)	2.032
Honorários cíveis	945	-	-	-	945
Honorários trabalhistas	-	8	-	(4)	4
Trabalhistas	12.173	7.011	(370)	(4.668)	14.146
Subtotal	15.483	7.345	(415)	(5.286)	17.127
Fiscais – PIS (I)	9.013	2.449	-	(11.462)	-
Fiscais – ISSQN (II)	8.570	357	-	(8.927)	-
IPVA	-	44	-	-	44
Honorários tributários	2.498	753	-	(1.590)	1.661
Subtotal	20.081	3.603	-	(21.979)	1.705
Total	35.564	10.948	(415)	(27.265)	18.832

(I) Reversão da provisão em razão do êxito obtida pelo Banco Stellantis na discussão judicial e a consequente extinção do débito de PIS "EC 10/96"

(II) Reversão da provisão em razão do pagamento, via Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), do débito de ISS exigido pela prefeitura de São Paulo

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas: o Banco está respondendo a diversas ações de natureza cível e trabalhista, para as quais, de acordo com a avaliação de sua administração e de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões no montante de R\$ 17.127 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 15.483 em 31 de dezembro de 2023) para fazer face a eventuais desfechos desfavoráveis decorrentes dessas ações.

As provisões trabalhistas são atualizadas mensalmente pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) conforme decisão STF (Supremo Tribunal Federal) ADC 58 (Ação Declaratória

...CONTINUAÇÃO



BANCO STELLANTIS S.A.

CNPJ nº 62.237.425/0001-76

Avenida Contorno, 3455, galpão 9, sala 10, Bairro Paulo Camilo - Betim, MG
www.bancostellantis.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E O 2º SEMESTRE DE 2024

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE FORMA DIFERENTE)

Provisão para riscos fiscais: o Banco vem discutindo judicialmente certos impostos e contribuições, bem como procedendo à defesa, nas esferas administrativa e judicial, de algumas autuações nas quais foi objeto de lançamento, no montante de R\$ 1.705 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 20.081 em 31 de dezembro de 2023).

As provisões fiscais são atualizadas mensalmente pela taxa SELIC e incidência de juros legais de 1% a.m.

a) Contingências de risco possível:

Natureza	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Saldo	Quantidade	Saldo
Cível	21	7.908	29	11.028
Trabalhista	-	-	1	910
Fiscal	3	37.837	3	14.477
Total	24	45.745	33	26.415

O montante de contingências, cujos prognósticos de perda foram classificados como possível e que, portanto, não se encontram registradas nas demonstrações financeiras.

15. Outras obrigações

a) Outras	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda a recolher		80.319	84.746
Contribuição social sobre o lucro líquido		64.348	67.859
Juros sobre capital próprio		-	-
Rendas antecipadas (1)		8.730	19.345
Credores diversos – País		5.845	3.309
Mastercard Brasil Soluções de Pagamentos Ltda. (2)		12.012	12.012
Valores a liquidar bandeira - cartão de crédito corporativo		2.937	5.333
Outros impostos e contribuições a recolher		445	9.094
Provisão para impostos e contribuições diferidos		42.611	-
Valores a pagar a sociedades ligadas	17	15.462	2.507
Duplicatas a Pagar Citroën (3)	17	2.014	11.734
Duplicatas a Pagar Peugeot (3)	17	16.690	64.546
Outras		21.443	23.198
Total		272.856	303.683
Circulante		223.435	281.580
Não circulante		49.421	22.103
(1) Refere-se às rendas antecipadas de operações de crédito pré-fixadas, sobre as quais não há quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência dos prazos dos respectivos contratos.			
(2) Refere-se aos contratos com Mastercard de serviços de consultoria e desenvolvimento na implementação do produto cartão de crédito varejo e corporativo.			
(3) Faturamento do último dia do mês. A liquidação ocorre em D+1.			

16. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social às taxas nominais comparadas às taxas efetivas

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	234.830	468.133	402.212
Juros sobre capital próprio	(48.263)	(91.354)	(81.163)
Participações no lucro	(1.644)	(3.339)	(3.286)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	184.923	373.440	317.814
Alíquota nominal	45%	45%	45%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(83.216)	(168.048)	(142.993)
Efeitos das adições e exclusões permanentes no resultado:			
Outros efeitos permanentes, líquidos	3.343	3.164	(810)
Total do imposto de renda e contribuição social	(79.873)	(164.884)	(142.183)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(60.426)	(142.984)	(153.123)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(19.447)	(21.900)	10.940
Alíquota efetiva	43,19%	44,15%	44,74%

17. Principais saldos e transações com partes relacionadas e remuneração pessoal-chave

	31/12/2024					Total
	FCA Brasil Ltda.	Stellantis Financiamentos e Investimentos S.A.	Peugeot Citroën do Brasil Auto-móveis Ltda.	Outras empresas do Grupo Stellantis	Pessoal-chave administração	
Ativo:						
Outros créditos (Nota 9)	89.470	376	6.225	-	-	96.071
Depósitos interfinanceiros	-	2.991.478	-	-	-	2.991.478
	89.470	2.991.854	6.225	-	-	3.087.549
Passivo:						
Depósitos a prazo (Nota 13.a)	(2.272.054)	-	-	-	-	(2.272.054)
Outras obrigações (Nota 15.a)	(1.734)	(13.542)	(18.705)	(185)	-	(34.166)
Benefícios curto prazo a administradores: Ordenados, férias e 13º salário	-	-	-	-	(476)	(476)
	(2.273.788)	(13.542)	(18.705)	(185)	(476)	(2.306.696)
Receitas:						
Receitas de equalização - Rede (*)	582.310	-	61.686	-	-	643.996
Rendas depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	-
	582.310	-	61.686	-	-	643.996
Despesas:						
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	(444.546)	-	-	-	-	444.546
Outras despesas administrativas (Nota 21.a)	(576)	-	-	(1.262)	-	(1.838)
Benefícios curto prazo a administradores: Ordenados, férias e 13º salário	-	-	-	-	(2.521)	(2.521)
Prêmios, gratificações e participações	-	-	-	-	(671)	(671)
Previdência e assistência médica	-	-	-	-	(78)	(78)
	(445.122)	-	(1.262)	-	(3.270)	(449.654)
	31/12/2023					Total
	FCA Brasil Ltda.	Stellantis Financiamentos e Investimentos S.A.	Peugeot Citroën do Brasil Auto-móveis Ltda.	Outras empresas do Grupo Stellantis	Pessoal-chave administração	
Ativo:						
Outros créditos (Nota 9)	66.587	52.610	8.101	655	-	127.953
Depósitos interfinanceiros	-	269.649	-	-	-	269.649
	66.587	322.259	8.101	655	-	397.602
Passivo:						
Depósitos a prazo (Nota 13.a)	(1.329.724)	-	-	-	-	(1.329.724)
Depósitos Interfinanceiros (Nota 13.a)	-	(90.039)	-	-	-	(90.039)
Outras obrigações (Nota 15.a)	(295)	(137)	(76.280)	(2.075)	-	(78.787)
Benefícios curto prazo a administradores: Ordenados, férias e 13º salário	-	-	-	-	(361)	(361)
	(1.330.019)	(90.176)	(76.280)	(2.075)	(361)	(1.498.911)
Receitas:						
Receitas de equalização - Rede (*)	751.411	-	14.705	-	-	766.116
Rendas depósitos interfinanceiros	-	-	1.149	-	-	1.149
	751.411	-	15.854	-	-	767.265
Despesas:						
Depósitos interfinanceiros	-	(1.533)	-	-	-	(1.533)
Depósitos a prazo	(172.077)	-	-	-	-	(172.077)
Outras despesas administrativas (Nota 21.a)	(642)	-	-	(692)	-	(1.334)
Benefícios curto prazo a administradores: Ordenados, férias e 13º salário	-	-	-	-	(2.578)	(2.578)
Prêmios, gratificações e participações	-	-	-	-	(447)	(447)
Previdência e assistência médica	-	-	-	-	(47)	(47)
	(172.719)	(1.533)	-	(692)	(3.072)	(178.016)

(*) Refere-se a: (i) receita auferida pelo Banco em função da equalização de diferença de taxas relacionadas ao finan-

ciamento de veículos à rede de concessionários da montadora, cuja equalização é determinada pelo prazo do giro dos estoques dos concessionários e (ii) receita obtida nas operações de curtíssimo prazo de aquisição, sem direito de regresso, de duplicatas com utilização de taxas de juros usualmente praticadas pelo mercado, onde não se constata atrasos significativos na liquidação pelos clientes das faturas cedidas sendo todo o risco transferido ao Banco.

(**) A instituição não possui benefício pós-emprego para funcionários e/ou diretores.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 os depósitos a prazo com partes relacionadas possuíam os seguintes prazos de vencimento:

	Sem vencimento	Até 3 meses	31/12/2024 De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total 31/12/2024
Depósitos a prazo:					
FCA Auto Brasil - Betim	-	758.542	782.480	41.358	1.582.380
FCA Auto Brasil - Goiana	-	119.350	72.419	394.156	585.925
FCA Auto Brasil - Funchal	-	16.987	2.221	84.541	103.749
Depósitos interfinanceiros:					
Stellantis Financiamentos	-	-	-	-	-
Total	-	894.879	857.120	520.055	2.272.054

	Sem vencimento	Até 3 meses	31/12/2023 De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total 31/12/2023
Depósitos a prazo:					
FCA Auto Brasil - Betim	44.214	348.728	184.632	5.866	583.440
FCA Auto Brasil - Goiana	-	324.763	318.730	5.580	649.073
FCA Auto Brasil - Funchal	-	15.933	79.260	2.018	97.211
Depósitos interfinanceiros:					
Stellantis Financiamentos	-	90.039	-	-	90.039
Total	44.214	779.463	582.622	13.464	1.419.763

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 1.133.071.145 ações ordinárias nominativas (955.392.618 em 31 de dezembro de 2023) no valor de R\$ 0,731658472 cada (R\$ 0,731658472 para 31 de dezembro 2023).

O capital social, em 31 de dezembro de 2024, é assim composto:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	Valor	%
Fidis S.p.A.	849.803.359	621.765.827	75
FCA Brasil Ltda.	283.267.786	207.255.276	25
	1.133.071.145	829.021.103	100

b) Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, conforme regulamentação da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações.

c) Destinação do resultado

Aos acionistas é assegurado a quantidade necessária ao pagamento de dividendos calculados sobre o lucro líquido do exercício, conforme termos da Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social, deduzido da reserva legal.

Em 27 de junho de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social mediante a absorção de parte da reserva especial de lucros, relativo ao lucro retido no exercício de 2019, no montante de R\$ 40.000 com emissão de 54.665.936 novas ações, alterando assim o capital social de R\$ 699.021 para R\$ 739.021, autorizado pelo Bacen em 30 de julho de 2024.

Em 27 de junho de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio relativo ao primeiro semestre de 2024 no montante bruto de R\$ 43.090 (R\$ 36.626 líquido do imposto de renda retido na fonte). O total dos juros sobre o capital próprio, no semestre, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 19.391.

Em 30 de dezembro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social mediante a absorção de parte da reserva especial de lucros, relativo à parte do lucro retido do exercício de 2019 e 2020, no montante de R\$ 90.000 com emissão de 123.008.211 novas ações, alterando assim o capital social de R\$ 739.021 para R\$ 829.021, autorizado pelo Bacen em 12 de fevereiro de 2025.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade de ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído resultaram em valores similares, o qual constatou-se que o Banco não possuía ao longo do exercício instrumentos financeiros que pudessem diluir o lucro por ação. Portanto, os ganhos para os proprietários de ações ordinárias não foram afetados por possíveis conversões ou exercícios de instrumentos financeiro.

19. Gerenciamento de riscos e de capital regulatório

O Banco reconhece que a gestão integrada de riscos é uma forma adequada e eficiente para a sustentabilidade do negócio. Esta gestão ocorre através da identificação, mensuração, monitoramento e controle de cada risco mapeado, para mitigar os efeitos. Dentro dos princípios da Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, o Banco mantém políticas institucionais específicas para cada risco, devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração, e estrutura compatível para a gestão de riscos, com Diretor designado para o conglomerado prudencial. O monitoramento dos riscos está formalizado através do Comitê de Riscos, destinado a manter os indicadores em conformidade com os níveis estabelecidos na RAS.

Descrevemos abaixo, de forma sucinta, as estruturas de gestão de riscos e de capital adotadas pelo Banco. Maiores informações sobre estas estruturas, bem como as informações tratadas pela Resolução CMN nº 4.557/17 (Gestão de Risco e Capital) podem ser obtidas no site do Banco na internet, no endereço www.bancostellantis.com.br, que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

19.1. Gestão de riscos

a) Risco operacional

O Banco adota o método simplificado de alocação de capital para fins de Risco Operacional. Na gestão de incidentes de Risco Operacional, adota ferramenta sistêmica de registros e acompanhamento dos planos de ação, com valorização, classificação da severidade, relevância e urgência desses incidentes, e se preocupa com o acultramento constante de seus colaboradores na melhoria de processos e do risco operacional.

b) Risco de liquidez

No Banco, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões com agilidade e alto grau de confiança. Sua gestão é realizada em conformidade com as exigências regulatórias, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento, governança e transparência das informações do risco de liquidez.

Essa estrutura prevê políticas e estratégias documentadas e formalizadas, incluindo política de captação, que são revisadas anualmente, processos e procedimentos, plano de contingência e testes de estresse, permitindo ao Banco manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração, os quais são compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Estabelece parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. Com o objetivo de aperfeiçoar o equilíbrio entre risco e retorno, o acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas tempestivas, de forma a manter equalizado o nível de liquidez.

c) Risco de crédito

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito implementada pelo Banco em atendimento às exigências regulatórias deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; (iii) reestruturação de instrumentos financeiros; e (iv) aos custos de recuperação do Banco.

O Comitê de Crédito é o órgão responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco. Esse comitê se reúne sempre que necessário ou por convocações do secretário, e delibera sobre os assuntos pertinentes à Política de Crédito. A aprovação de medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito são definidas no Comitê de Riscos.

d) Risco de mercado

O risco de mercado tem origem quando as posições detidas têm seu valor alterado, em função de alteração nos preços praticados no mercado. Para gerenciar e mitigar as exposições ao risco de mercado, o Banco utiliza instrumentos derivativos. A estratégia de hedge consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no fluxo de caixa de qualquer instrumento financeiro.

O gerenciamento do risco de mercado tem por objetivo a maximização da relação entre o retorno financeiro e os riscos decorrentes da variação no valor de mercado das exposições, de forma compatível com a estratégia e o prazo destas exposições. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557/17.

e) Risco social, ambiental e climático

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Banco atende aos requisitos da Resolução CMN nº 4.945/21 e está alinhada com as diretrizes do Grupo Stellantis e o seu Código de Conduta. A Política estabelece os princípios e diretrizes determinados pela Administração do Banco em relação à gestão do Risco de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da Instituição e seus reflexos na concessão e utilização de créditos e na sua relação com os parceiros de negócios.

CONTINUA...

...CONTINUAÇÃO



BANCO STELLANTIS S.A.

CNPJ nº 62.237.425/0001-76

Avenida Contorno, 3455, galpão 9, sala 10, Bairro Paulo Camilo - Betim, MG
www.bancostellantis.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E O 2º SEMESTRE DE 2024

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE FORMA DIFERENTE)

19.2. Gestão de capital

A gestão de capital é realizada pelo Banco, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17 e tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco, de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos. O gerenciamento de capital é realizado de forma integrada, envolvendo as principais áreas impactantes do Banco. A Área de Finanças é a principal responsável por controlar e monitorar o capital e o Comitê de Riscos é o principal responsável por promover discussões sobre o gerenciamento de capital, fazendo cumprir a Política de Gestão de Capital. O Plano de Capital é aprovado e revisado, no mínimo anualmente, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco, ponderando e alinhando as metas e objetivos com o planejamento estratégico da Instituição.

20. Outras informações

a) Outras despesas administrativas

	Notas	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Consultorias jurídicas		(1.342)	(1.903)	(2.459)
Consultoria financeira - FCA Fiat Chrysler Ltda.	17	(264)	(576)	(643)
Serviços prestados - FCA Participações Brasil S.A.	17	(936)	(1.262)	(692)
Serviços inspetoria - Floor Plan		(194)	(531)	(571)
Desenvolvimento e manutenção de sistemas		(13.564)	(23.643)	(30.104)
Serviços prestados PJ		(1.597)	(1.702)	(1.000)
Serviços prestados gravame		(882)	(1.573)	(1.805)
Despesas de alugueis		-	(139)	(1.172)
Despesas de comunicações		(403)	(768)	(699)
Despesas de cadastro		(1.416)	(2.737)	(2.319)
Despesas de serviços do sistema financeiro		(645)	(1.246)	(965)
Despesas de viagens		(334)	(933)	(1.454)
Despesas com promoções, e relações públicas		(2.366)	(27.644)	(8.153)
Outras despesas administrativas		(4.549)	(9.689)	(8.069)
Total		(28.492)	(74.346)	(60.105)

b) Outras receitas operacionais

	Notas	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Reversão provisão de riscos cíveis	14	425	613	188
Reversão provisão de riscos trabalhistas	14	1.139	4.668	1.405
Reversão provisão para riscos fiscais	14	11.462	20.389	5.734
Recuperação de despesas diversas		390	719	492
Atualização de depósitos judiciais		103	210	254
Recuperação de despesas com o fundo garantidor de crédito		519	1.021	1.903
Atualização impostos a compensar		150	151	2
Outras rendas operacionais		256	483	91
Total		14.444	28.254	10.069

c) Outras despesas operacionais

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas riscos cíveis	(12)	(35)	(1)
Despesas riscos trabalhistas	-	-	(1.128)
Multa rescisão contrato parceria comercial Bradesco	(8)	(8)	(5.000)
Multa sobre impostos	2.262	(13)	-
Outras despesas operacionais	(4.210)	(4.582)	(355)
Total	(1.968)	(4.638)	(6.484)

d) Despesas de provisões

	Notas	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de provisão para riscos cíveis	14	(82)	(326)	(68)
Despesas de provisão para riscos trabalhistas	14	(6.126)	(7.011)	(4.167)
Despesas de provisão para riscos fiscais	14	(85)	(2.850)	(8.952)
Despesas de provisão honorários trabalhistas		(8)	(8)	-
Despesas de provisão honorários cíveis	14	-	(257)	(528)
Despesas de provisão honorários fiscais	14	(47)	(496)	(511)
Total		(6.348)	(10.948)	(14.226)

e) Receita de prestação de serviços

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de comissão parceria comercial	-	-	36.253
Rendas de comissão intermediação financeira My Suppliers	14.647	23.917	17.743
Rendas de taxa de administração FIDC	15.982	27.646	-
Rendas de comissão cobranças FIDC	586	1.191	-
Rendas de tarifas	4	11	122
Rendas de interchange - cartão crédito	855	1.620	1.547
Rendas de serviços gestão cobrança e análise crédito	658	1.317	3.312
Total	32.732	55.702	58.977

f) Índice Basileia

Conforme disposto na Resolução nº 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional e disposições complementares, as instituições financeiras devem manter permanentemente montantes de patrimônio de referência (PR), estruturado em nível I, nível II e capital principal, em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na referida resolução. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Basileia era de 19,71% (17,78% em 31 de dezembro de 2023), sendo o índice mínimo exigido pela referida resolução de 10,50%, sendo 8,0% de Índice de Basileia e 2,50% de adicional de conservação de capital principal. O índice da Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

	Basileia III	
	31/12/2024	31/12/2023
Base de cálculo		
Capital social	829.021	699.021
Reservas de lucros/Lucros acumulados	706.489	627.934
Ajustes ao valor de mercado de derivativos/TVM	(2)	(1.098)
Ajustes prudenciais no capital principal	28.290	(23.181)
Total capital principal	1.563.798	1.302.676
Patrimônio de referência - nível I	1.563.798	1.302.676
Patrimônio de referência - nível II	-	-
(a) Patrimônio de referência total	1.563.798	1.302.676
Alocação de capital:		
Risco de crédito - RWAcpad	564.053	526.879
Risco operacional - RWAOpad	70.713	59.106
(b) Ativos ponderados pelo risco - RWA	634.766	585.985
(c) Risco de mercado - Rban	124.610	84.428
Margem = a - (b+c)	804.422	632.263
Índice da Basileia	19,71%	17,78%
g) Limites de imobilização		
Base de cálculo	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência - PR	1.563.798	1.302.676
(a) Situação do imobilizado	656	320
(b) Limite para imobilização (50% PR)	781.899	651.338
Margem (b - a)	781.243	651.018
Índice de Imobilização em relação ao PR	0,04%	0,02%
h) Instrumentos financeiros - análise de sensibilidade		

Os instrumentos financeiros do Banco são classificados na carteira banking book, não possuindo nenhum instrumento classificado para negociação, conforme os critérios de classificação definidos pelo Bacen. A análise de sensibilidade baseia-se na avaliação do impacto no resultado econômico e financeiro da instituição sob os cenários de estresse estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. Para o EVE (Economic Value of Equity) e o NII (Net Interest Income), são aplicados apenas dois cenários de choque na taxa de juros: choque paralelo de alta (+400 bps) e choque paralelo de baixa (-400 bps). Esses cenários são utilizados para medir a exposição da instituição às variações na curva de juros, avaliando o impacto tanto no valor econômico do patrimônio quanto na margem financeira da instituição ao longo do tempo. Dessa forma, para avaliar a dimensão do impacto, os resultados desses choques são comparados com o patrimônio de referência da instituição. A política de gerenciamento do risco de mercado estabelece os limites máximos aceitáveis em conformidade com o apetite ao risco do Banco.

21. Resultado não recorrente

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houveram eventos não recorrentes que impactaram no resultado líquido.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Filosa
Presidente

Marcio Lima Leite
Conselheiro

Andrea Faina
Conselheiro

DIRETORIA

Gunnar Alejo Ramos Murillo
Diretor Presidente

Lucas Matos Fernandes
Diretor

Eliete Ferreira Oliveira Moura
Diretora

Ligia Regina Duarte
Diretora

Davidson William Artur de Araújo
Diretor

Germana Destro Sanglard
Diretora

Eucy Aparecida Amorim
Contadora - CRC - MG - 055770/O-5

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Senhores Conselheiros de Administração, após exames e discussões dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Ltda., aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Stellantis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Stellantis S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Stellantis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 14 de março de 2024, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2025

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A PUBLICAÇÃO ACIMA FOI ASSINADA E CERTIFICADA DIGITALMENTE NO DIA 07/03/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para
acessar a página de **Publicações Legais** no portal do
Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:

<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2025/03/BALANCO-EM-BANCO-STEALLANTIS-S.A.-07-03-2025.pdf>

